



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade pregão eletrônico, no sistema de registro de preços para aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas, conforme especificações técnicas, contidas nos termos de referenda deste processo administrativo.

Da necessidade da contratação: A aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas, objeto deste processo licitatório, está alinhada com o PEI 2022-2026 da Codevasf, que elege a ação de apoio a estruturação de arranjos produtivos locais na linha de negócios Economia Sustentável como estratégia de desenvolvimento territorial, no âmbito da área de atuação da Codevasf em Pernambuco.

Modalidade: A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com Sistema de Registro de Preços (SRP).

Dotação orçamentária: Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registros de preços. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (*õI - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes*); a aplicação do õSistema de Registro de Preçosõ neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Critério de Julgamento: Menor preço por Item, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º13.303/2016.

Orçamento Público/Aberto: A definição pelo orçamento **público** tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 ó Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Devido a opção pela pesquisa de preços, de acordo com a IN nº73/2020, pelo Sistema de Registro de Preços, o preço unitário obtido é perfeitamente reproduzível, sendo a sua publicação mera formalização de informação já de domínio Público, não frustrando a competitividade a sua publicação.

Modo de Disputa: Aberto, de acordo com o Art. 52, § 1º da Lei n.º 13.303/2016.

Cota Reservada a ME/EPP: A necessidade de padronização das máquinas e implementos agrícolas e o provável aumento do valor da contratação devido a perda da economia de escala nos custos com a logística para fornecimentos em pequenas quantidades. Deve ser considerado, ainda o aumento do custo administrativo e de gestão e execução de contratos de fornecedores diferentes. Notadamente, neste caso a contratação de mais de uma empresa para o fornecimento de um mesmo implemento, possibilita a ocorrência de condições de contratações distintas para o mesmo objeto, tais como o risco de fornecimento de equipamentos não compatíveis entre si, no que tange a operação e manutenção pelos beneficiários finais. Assim, não será aplicada a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no artigo 48, da Lei Complementar 123/2006, considerando-se a exceção elencada no inciso III, do art. 49.

Consórcio: A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.



Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada.

Da não admissão da participação de Cooperativa: É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Petrolina, 25 de agosto de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Calebe Araújo Azevedo

Analista de Desenvolvimento Regional 3ªGRD/UEP